



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

**Ofício nº: EM /2017**

Assunto: Apresenta Justificativa de veto nº 01/2017

Divinópolis, 24 de maio de 2017.

Excelentíssimo Senhor Vereador

**Adair Otaviano de Oliveira**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Divinópolis - MG

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em que pesem os elevados propósitos dessa i. Casa Legislativa ao aprovar o texto da **Proposição de Lei CM-002/2017**, temos, com todo respeito, que consignar o seguinte:

Cediço que certas e determinadas matérias legislativas, por expressa disposição constitucional (tanto no corpo da Constituição da República quanto no da Constituição do Estado de Minas Gerais) devem ser objeto da iniciativa privativa do Chefe do Executivo local.

O tema versado na proposição sob análise tem a ver com a política municipal de zoneamento urbano, dando novo zoneamento à Rua Paulinelli Camargos de Souza (situada na quadra 065, Zona 02, V Prolongamento do Bairro Orion), transmudando-a de ZR/1 (Zona Residencial Um) para ZC/2 (Zona Comercial Dois). Sendo assim, privativa se mostra a iniciativa quanto à propositura de qualquer projeto tendente a dar nova dinâmica ao zoneamento municipal. A propósito, assim dispõe a Constituição da República, que deve ser observada, neste aspecto, *mutatis mutandis*, por efeito do princípio da simetria com o centro, segundo o qual as cercanias legiferantes de cada um dos entes federativos são propagadas tal qual ondas no espelho d'água, ou seja, de dentro para fora, em círculos concêntricos dotados de força obrigatória:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – (...)

II – disponham sobre:

(...)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

b) **organização administrativa** e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; (grifamos)

A Constituição Estadual preceitua:

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:

a) o plano diretor;

b) **o planejamento do uso, parcelamento e ocupação do solo**, a par de outras limitações urbanísticas gerais, observadas as diretrizes do plano diretor;

(...)

f) a organização dos serviços administrativos. (negritamos)

Por fim, de ver-se que nosso Plano Diretor (Lei Complementar nº 169/2014) vai no mesmo sentido:

Art. 90. Compete aos **órgãos executivos do desenvolvimento urbano o determinado na legislação que os criou, além de conduzir ações voltadas ao planejamento urbano** e à promoção do desenvolvimento urbano do Município, cabendo-lhe, em especial:

I – Auxiliar o **prefeito** no cumprimento do estabelecido no Plano Diretor e na formulação democrática e implantação da Política Municipal de Desenvolvimento urbano, a partir das diretrizes da Conferência da Cidade e do Conselho da Cidade; (destacamos)

Importa esclarecer, ao ensejo, que lei editada neste Município (cf. Lei nº 7.779/2013, que cuidou da descaracterização e do novo zoneamento da quadra nº 11, da zona nº 18) foi julgada **inconstitucional** pelo e. Tribunal Justiça deste Estado, segundo se percebe na ementa do acórdão proferido nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.16.045010-2/000 (disponibilizado no Diário do Judiciário Eletrônico de 19 de abril último e publicado no dia 20 daquele mesmo mês), *in verbis*:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI 7.779/2013 DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS – ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO URBANO – ÁREA RESIDENCIAL ALTERADA PARA ÁREA COMERCIAL – INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO – AFRONTA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PODERES – INEXIGÊNCIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – NÃO VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA – ESTUDOS TÉCNICOS PRÉVIOS – DESNECESSIDADE – MEDIDA IMPRESCINDÍVEL APENAS EM CASOS DE ATIVIDADES, CONSTRUÇÃO E REFORMAS POTENCIALMENTE LESIVAS AO MEIO AMBIENTE – REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. 1- Segundo o art. 61, § 1º, II,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

“b”, da Constituição Federal e o art. 171, I, da Constituição do Estado de Minas Gerais compete ao Chefe do Poder Executivo tratar sobre organização administrativa e assuntos de interesse local, respectivamente. Assim, deve ser declarada a inconstitucionalidade da Lei que trata de matéria afeta à organização administrativa do Município, por vício de iniciativa. 2- O Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01) é claro no sentido de que a elaboração e fiscalização do Plano Diretor necessitam de audiências públicas prévias, com a participação e debate da comunidade local. Todavia, o caso em apreço não se trata de elaboração e fiscalização de plano diretor, mas da promoção do ordenamento territorial e de ocupação do solo urbano, de modo que não é obrigatória a referida exigência. 3- Segundo a Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, bem como de entendimento jurisprudencial, somente é necessária a elaboração de estudos técnicos em casos de atividades, construção e reforma de instalações potencialmente causadoras de impacto ambiental, o que não é o caso dos autos.

V.V. As matérias de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo são restritas àquelas previstas no §1º, do art. 61, da Constituição Federal que, pelo princípio da simetria, devem ser observadas no âmbito estadual, por força do já citado inciso III, do art. 66 da CE, o que se estende também no âmbito normativo distrital e municipal, sendo que nesses comandos legais não se encontra inserida disposição relativa ao direito urbanístico, notadamente quanto ao zoneamento, uso e ocupação do solo urbano. (AÇÃO DIRETA INCONST N° 1.0000.16.045010-2/000 - COMARCA DE DIVINÓPOLIS - REQUERENTE(S): PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA – REQUERIDO (A) (S): PREFEITO DE DIVINOPOLIS, CÂMARA MUN DIVINÓPOLIS)

Senhor Presidente, com todo respeito, e em franca homenagem ao princípio constitucional da separação/harmonia entre os Poderes, temos como inafastável, *in casu*, o exercício do controle constitucional *a posteriori* da proposição em tela, operacionalizado por meio deste veto.

Dessarte, senhor Presidente, **veto, integralmente, a Proposição de Lei CM-002/2017, haja vista a apontada inconstitucionalidade por vício de iniciativa.**

Sendo o que se nos apresenta para o momento, despedimo-nos, reiterando nossos votos de respeito e consideração,

Cordialmente

**Galileu Teixeira Machado**  
**Prefeito Municipal**